

revista

**poli** saúde  
educação  
trabalho

Ano VII — N.º 36—set./out. 2014



Mala Direta Postal  
Básica

9912340195/2013 - DR/RJ  
FIOCRUZ

...CORREIOS...

ELEIÇÕES

2014

CONHEÇA AS PROPOSTAS NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA



Aécio Neves



Eduardo Jorge



Eymael



Luciana Genro



Mauro Iasi



Pastor Everaldo



Zé Maria

Conheça o  
**Poli**

**Material  
Educativo**

**Publicações**



**Ensino Médio Integrado à  
Educação Profissional**

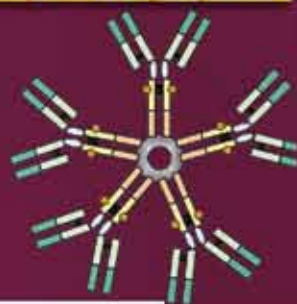


**RET-SUS**  
Rede de Escolas Técnicas do SUS

**PROEJA**

**Ensino Profissionalizante  
para Jovens e Adultos**

**Programa  
de Vocação  
Científica**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

**Revista**

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**Biblioteca Virtual em Saúde**  
*Educação Profissional em Saúde*



**RETS**

**Rede Internacional de Educação  
de Técnicos em Saúde**

**Observatório  
Juventude C&T**



**OBSERVATÓRIO  
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

Editorial	4
Aécio Neves - PSDB	5
Eduardo Jorge - PV	7
Luciana Genro - PSOL	9
Mauro Iasi - PCB	11
Zé Maria - PSTU	13
Pastor Everaldo - PSC	15
Eymael - PSDC	16
Entrevista	17
Saiba o que pensam os candidatos sobre temas relevantes do debate político atual	

Ano VII - Nº 36 - set./out. 2014  
 Revista POLI: saúde, educação e trabalho -  
 jornalismo público para o fortalecimento da  
 Educação Profissional em Saúde.  
 ISSN 1983-909X

#### Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Abrantes, Cristina Barros, Grasielle Nespoli, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Leandro Medrado, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvina, Tania Camel, Valéria Carvalho.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para [revistapoli@epsjv.fiocruz.br](mailto:revistapoli@epsjv.fiocruz.br)

#### Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

#### Editora

Cátia Guimarães

#### Repórteres

André Antunes

Leila Leal

Viviane Tavares

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

#### Assistente de Gestão Educativa

Solange Maria

#### Analista de Gestão Educativa

Valéria Melo

#### Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

#### Tiragem

10.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Gráfica

WallPrint

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,  
 Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484  
[comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br) | [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

**E**m outubro, os mais de 140 milhões de eleitores brasileiros, dos 26 estados e do Distrito Federal, irão às urnas eleger deputados estaduais, federais, senadores, governadores e presidente da República. As eleições de 2014 acontecem em um contexto atravessado pelas recentes manifestações de rua e as discussões por elas levantadas sobre as políticas públicas, a representatividade e sua função para a democracia, o lugar da democracia direta e da participação popular, entre outras. Também são significativos em 2014 os aniversários de 50 anos do golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar no Brasil, em 1964, quando o direito ao voto foi cassado; e de 25 anos do retorno do voto direto para presidente, em 1989.

Compreendendo a importância do momento, buscando valorizar esse direito fundamental à garantia da democracia e, ao mesmo tempo, entendendo seus limites sob a atual forma assumida pela democracia representativa, a Revista Poli lança esta edição especial sobre as eleições presidenciais como uma contribuição ao debate público sobre os programas dos candidatos e os temas de interesse da revista. Lembrando que nem sempre todos os candidatos têm os mesmos espaços para expor suas propostas e concepções na mídia comercial, a Poli busca afirmar o lugar da comunicação pública para a promoção de discussões e análises sobre os temas relevantes ao país.

### **Regras de solicitação e publicação das propostas e entrevistas**

Para garantir a equidade de condições, elaboramos regras comuns a todos os candidatos, informadas a todos os comitês dos onze presidenciais: Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Eduardo Jorge (PV), Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL), Marina Silva (PSB), Mauro Iasi (PCB), Pastor Everaldo (PSC), Rui Costa Pimenta (PCO) e Zé Maria (PSTU). Os contatos, primeiro por telefone e depois por email, foram todos feitos no mesmo dia. A solicitação a todos os comitês foi de um texto, com tamanho definido para ocupar duas páginas da revista, tratando das propostas gerais para as áreas de saúde, educação e trabalho. Pedimos que, se houvesse propostas específicas para a educação profissional em saúde, fossem incluídas no texto. Além disso, enviamos a cada candidato três perguntas sobre temas gerais que perpassam a

discussão sobre as políticas públicas, o formato do Estado e os contornos da democracia. O espaço para essa entrevista também foi previamente definido, correspondendo a uma página da revista. As fotos dos candidatos também foram solicitadas aos comitês.

Todos os candidatos tiveram o mesmo prazo para enviar seus materiais. A única exceção foi o prazo concedido a Marina Silva, diante das circunstâncias específicas de sua candidatura a partir do acidente que vitimou o então candidato Eduardo Campos. A oficialização da candidatura de Marina Silva ocorreu doze dias após o contato feito pela Poli com todos os comitês de campanha. No dia seguinte ao anúncio oficial, entramos em contato com o comitê de Marina Silva e oferecemos um prazo diferenciado para o envio do material.

Como você verá, participaram dessa edição especial sete candidatos. Dilma Rousseff, Levy Fidelix, Marina Silva e Rui Costa Pimenta não enviaram seus materiais. A candidata à reeleição Dilma Rousseff, através de sua assessoria, informou ao final do prazo que não foi possível incluir a demanda da Revista Poli na sua previsão de participação em debates, entrevistas e sabatinas até 5 de outubro. “Gostaríamos que fosse considerada a situação de presidenta, que acumula a função com a posição de candidata, não estando tão disponível quanto os outros candidatos para participar de todas as entrevistas. Gostaríamos muito de aceitar, mas lamentavelmente, não será possível. Agradecemos o interesse”, diz a nota enviada à redação da revista.

O candidato Levy Fidelix informou, também através de sua assessoria e ao final do prazo, que não poderia enviar o material no formato solicitado a todos, e que apenas poderia participar da edição concedendo entrevista por telefone sobre os temas solicitados para o texto e também sobre as questões enviadas. Para não prejudicar ou privilegiar nenhum dos candidatos, não pudemos oferecer condições diferentes ao candidato do PRTB. A assessoria de Marina Silva, mesmo diante das condições específicas quanto ao prazo e após ter sinalizado a participação e elaboração do material para a Poli, informou, na data limite para envio, que não teria condições de fazê-lo. Já o candidato Rui Costa Pimenta, apesar de contatado através dos telefones e emails oficiais destinados à imprensa, não respondeu à nossa solicitação.

Os textos estão publicados por ordem alfabética, considerando o primeiro nome dos candidatos registrado oficialmente como nome para urna no Tribunal Superior Eleitoral. A exceção são os textos de Eymael e Pastor Everaldo, que por terem sido enviados em tamanho menor do que o solicitado ficaram ao final, ocupando uma e não duas páginas da revista.

Desejamos uma boa leitura, esperando contribuir para a sua análise das propostas e decisão sobre o processo eleitoral.

## Propostas para Educação, Saúde e Trabalho

A Coligação Muda Brasil apresentou aos eleitores brasileiros as diretrizes do seu Plano de Governo. Abaixo, destacamos os principais pontos das áreas de Educação, Saúde e Trabalho.

### EDUCAÇÃO

#### Principais diretrizes

1. Criação de incentivos para melhorar a formação, a carreira e a remuneração dos professores, bem como valorização e reconhecimento daqueles profissionais que mais contribuem para o desenvolvimento de seus alunos, vinculando a remuneração dos professores à melhoria da aprendizagem dos alunos.
2. Remuneração inicial atrativa e adequada ao equilíbrio entre remuneração inicial e final e garantia de autonomia dos estados e municípios na definição de carreiras dos profissionais de educação, respeitadas as diretrizes nacionais.
3. Coordenação da política nacional de formação de professores, tanto junto às instituições formadoras públicas e privadas, como junto às secretarias municipais e estaduais de educação, responsáveis pela contratação de mais de 85% dos professores do país.
4. Reconhecimento da Escola como o principal local de desenvolvimento e organização do território onde estiver instalada, com mecanismos de interação e diálogo com as famílias e com a comunidade, com atenção aos desafios locais. Uma escola que não tenha muros que a separe da realidade social dos estudantes e de suas famílias.
5. Estímulo para uso pedagógico de tecnologias da informação e comunicação nos cursos de formação de professores.
6. Criação de incentivos do governo federal para a implantação de acordos de resultados entre governos locais e cada escola, bem como ampliação do engajamento da sociedade e da formação de parcerias na melhoria da gestão escolar.
7. Participação da União no financiamento da remuneração de professores ativos de Educação Básica dos estados e municípios, o que irá requerer a modificação das regras de complementação do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Professores], atualmente limitadas a apenas alguns estados e municípios.
8. Apoio à modernização dos equipamentos escolares, incluindo a instalação de bibliotecas e laboratórios, computadores e acesso à internet e adequação térmica dos ambientes para o tempo de verão, garantindo a todas as escolas brasileiras condições adequadas de infraestrutura, incluindo conexão Wi-Fi acessível a todo estudante.
9. Implantação da escola de tempo integral e progressiva eliminação do ensino noturno para jovens que não trabalham.
10. Estabelecimento de um planejamento integrado entre governo federal, estados e municípios para a definição das estratégias de execução das metas do PNE.
11. Especificação mais clara do regime de colaboração para a educação infantil e a educação profissional, reduzindo as desigualdades regionais e estimulando o planejamento conjunto da oferta das redes estaduais e municipais de ensino e a racionalização da aplicação de recursos públicos.
12. Definição de uma Base Nacional Comum para os currículos da educação básica dos sistemas de ensino estaduais e municipais, estabelecendo com clareza e objetividade o que é básico e indispensável que todos os alunos brasileiros aprendam em cada ano e etapa de escolaridade obrigatória. A ser definida com a participação de estados, municípios, entidades representativas da educação pública e privada e da sociedade civil em geral, a Base Nacional Comum, tal como apresentada no Artigo 26 da LDB [Lei de Diretrizes e Ba-



ses da Educação Nacional], preservará a autonomia pedagógica e metodológica dos sistemas de ensino público e das escolas particulares e será referência para: a formação de professores; a produção de recursos didáticos e tecnológicos que venha a ser apoiada pelo poder público; a revisão e modernização das matrizes de referência da avaliação da educação básica - SAEB/Prova Brasil, de modo a estabelecer uma relação clara entre o que está sendo avaliado e o currículo ensinado nas escolas.

13. Compromisso com a completa erradicação do analfabetismo.
14. Apoio e oferta de assistência técnica a programas de alfabetização na idade adequada, desenvolvidos por estados e municípios.
15. Apoio aos municípios para garantir a universalização da pré-escola até 2016, bem como recursos didáticos e tecnológicos para assegurar a qualidade do aprendizado e o desenvolvimento social, emocional e comunicativo da criança.

### SAÚDE

#### Principais diretrizes

1. A instituição do Cartão-Cidadão da Saúde, em articulação com o cadastro nacional único, dará a garantia de acesso a qualquer brasileiro a uma rede de saúde pública ou privada.
2. Forte investimento público em Tecnologias da Informação – TI, para viabilizar o Cartão-Cidadão

da Saúde, permitindo a gestão dos serviços de saúde, desenvolvendo e implantando centrais de agendamentos dos atendimentos vinculadas à atenção primária, incluindo as internações hospitalares e a telemedicina como porta de acesso dos profissionais de saúde nas regiões mais distantes a uma contínua assistência técnica, teleconsultas, telemonitoramentos, avaliação e solução para problemas de diagnóstico e tratamento a distância.

3. O novo modelo de gestão da saúde se baseará na criação de redes assistenciais integradas de saúde, que permitirão o melhor uso possível dos recursos de saúde – públicos, privados e filantrópicos – ao nível de cada região.

4. Promoção de um novo modelo assistencial com foco no paciente e na continuidade dos cuidados, garantindo a sequência do acesso entre todos os níveis da rede de serviços - do médico de família ao hospital - e garantindo a oferta de serviços de qualidade em todo o percurso, com disponibilidade de médicos, demais profissionais de saúde, instalações, equipamentos e medicamentos.

5. Instituição da carreira nacional de médicos.

6. Oferta de cursos preparatórios a médicos estrangeiros para permitir a realização do exame Revalida e aprimorar o programa Mais Médicos, com padronização de remuneração.

7. Implantação de programas de valorização, apoio, qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais da área de saúde.

8. Promoção da saúde e da prevenção ao alcance de todos, por meio do estabelecimento de uma política efetiva de educação e comunicação pública em saúde.

9. Fortalecimento e ampliação do Programa Saúde da Família (PSF) para todo o território nacional, qualificando e ampliando a sua cobertura, incorporando mais profissionais e profissões, estruturando-o como “porta de entrada” do SUS e garantindo que este atenda a todas as necessidades de promoção, prevenção e atenção básica da população brasileira.

10. Continuidade do cuidado para exames, ambulatorios e hospitais, garantindo o acesso da população aos atendimentos de maior complexidade com especialistas e aos exames e assistência hospitalar de forma mais simplificada e ágil.

11. Implantação de redes de atendimentos para as urgências e emergências médicas.

12. Redução das grandes reclamações da população usuária dos planos de saúde, que representa 25% da população brasileira, com elevado número de insatisfações e com uma grande desigualdade no acesso e qualidade dos planos.

13. Fortalecimento, modernização e profissionalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para dar maior garantia e homogeneidade aos direitos dos usuários dos planos de saúde.

14. Integração do sistema de saúde suplementar com o SUS, para identificar oportunidades de colaboração e investimento e desenvolvimento de parcerias público-privadas.

## TRABALHO

### Principais diretrizes

1. Fomento à criação de empregos formais de qualidade, com a garantia de todos os direitos trabalhistas.

2. Continuidade dos ganhos reais do salário mínimo.

3. Implementação de políticas visando à diminuição da rotatividade no emprego. Uma das características que destaca o mercado de trabalho brasileiro do que ocorre nos países mais desenvolvidos é a elevada taxa de *turn over*. Atualmente, quase 44% da mão de obra formal ficam menos de um ano em um mesmo emprego, apenas 30% permanecem por dois anos ou mais, e destes 23% ficam em uma mesma empresa por mais de quatro anos.

4. Incentivo às empresas que mantiverem os contratos de trabalho por períodos superiores às médias do seu setor.

5. Incentivo ao aumento da produtividade, mediante a incorporação, pelas empresas, de tecnologias modernas em seus processos produtivos e de ações de treinamento e capacitação de mão de obra.

6. Reversão da tendência de diminuição dos recursos do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador] destinados para a capacitação de trabalhadores, mediante recuperação e reorganização deste Fundo.

7. Criação de programas específicos de formação e qualificação profissional, direcionados para as distintas faixas etárias, visando a incorporá-los ao mercado formal de trabalho, com especial atenção àqueles que recebem o seguro-desemprego.

8. Apoio aos microempreendedores individuais, garantindo a expansão desta modalidade, e instituição de espaços plurais para a sua formação.

9. Apoio ao associativismo e ao cooperativismo, como instrumentos de geração de renda e oportunidades.

10. Estímulo aos arranjos produtivos locais, para a geração de empregos de qualidade.

11. Criação de ações de fomento e estímulo para permitir ao jovem o seu primeiro emprego formal.

12. Apoio nacional a projetos locais de geração de renda, em articulação com Estados e Municípios.

*Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é candidato à Presidência da República pela coligação Muda Brasil.*



## SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO

O programa do PV propõe o comprometimento com os atuais movimentos da sociedade civil que lutam por mais recursos para as políticas públicas de saúde e educação. Estas áreas terão, junto com o combate ao aquecimento global, a prioridade nos recursos que remanejarmos no orçamento e mais autonomia - os que vamos conseguir com a reforma tributária e os que vamos recuperar com cortes nos gastos públicos com a implantação de uma política de maior austeridade administrativa.

Porém não podemos ficar numa floresta de prioridades comuns em programas partidários e eleitorais particularmente nestas áreas. Queremos apontar as árvores da floresta que serão prioritariamente apoiadas, pelo menos no início do processo.

Propomos carreira nacional para professores e profissionais de saúde. Numa primeira etapa a carreira estará disponível na educação para professores do ensino fundamental e na saúde para os profissionais que atuam no Programa de Saúde da Família (agentes comunitários, enfermeiros e médicos). É uma carreira nacional. Não é federal. Poderão aderir servidores públicos de estados e municípios que queiram participar do programa e mesmo trabalhadores de entidades que trabalham para a rede pública de alguma maneira regular. As entidades parceiras do Programa de Saúde da Família participarão desde o início.

O governo federal coordenará, a cada cinco anos, concursos de acesso de maneira que os profissionais vão subindo de nível, se aprovados, podendo chegar até um nível 6 máximo das suas respectivas carreiras. O pagamento é garantido por um fundo nacional específico, para onde são destinados recursos federais, estaduais, municipais devidamente acordados e proporcionais ao número de profissionais incluídos.

O orçamento da saúde dará ênfase aos aspectos de educação para promoção e prevenção na saúde. É preciso que as próprias pessoas assumam de forma autônoma e informada suas responsabilidades com sua própria saúde e de sua família. É preciso que as outras políticas públicas assumam também suas responsabilidades neste campo da atenção à saúde. Por exemplo, no caso do transporte, reduzindo a poluição do ar proveniente de veículos que usam diesel e gasolina e circulam muitas vezes desregulados pelas cidades.

Propomos fortalecer a Atenção Básica de Saúde, baseada na Estratégia Saúde da Família (PSF) e torná-la, de fato, porta de entrada, coordenadora do cuidado e ordenadora da rede de serviços de saúde. Universalizar para todas as classes sociais o direito de ter um médico especializado em saúde da família com sua equipe de PSF.

Promover o fortalecimento da cooperação e articulação de recursos e serviços de saúde, reunindo municípios vizinhos, por meio de consórcios com os estados e outros municípios, para aumentar a racionalidade e fortalecer a regionalização do sistema, integrando os serviços de saúde, diminuindo filas e tempos de espera, garantindo a continuidade do cuidado e reduzindo a necessidade de deslocamentos de usuários, pacientes e familiares.

Ampliar a cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS), priorizando as áreas e regiões mais carentes, e melhorar a distribuição e disponibilidade de serviços para garantir a equidade de acesso e reduzir os deslocamentos dos usuários para áreas distantes das suas moradias, trabalho, estudo ou espaço onde organizam suas vidas.

Incentivar o uso de medicamentos genéricos. Meta de 70% da oferta. Para as famílias e para o sistema de saúde.

Quanto à educação, vamos fazer cumprir a seção de educação da Constituição Federal e nos orientar pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação, Carta da Terra, Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano Nacional de Educação/2014.

Reforçar a educação como um direito universal, condição para a realização dos outros direitos e resultante destes. Assenta-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Promover, via Ministério da Educação, concursos de acesso nacionais, com seis níveis na carreira.

Promover a adequação constante do currículo para responder às mutantes necessidades das populações, em permanente diálogo entre vários agentes educacionais, incluídas as famílias e estudantes.

Oferecer condições objetivas no ensino médio para que alunos e alunas encontrem o seu caminho profissional, preparem-se para fazer o ensino superior ou garantam sua formação técnica.

Fortalecer as universidades como centros de extensão e pesquisa, além do ensino, orientadas para a produção de conhecimento, com intercâmbio mais amplo de jovens brasileiros (as) em universidades internacionais.

Fortalecer e ampliar a oferta pública de educação superior e suas formas de acesso, inclusive com cotas para afrodescendentes e indígenas.

Tornar obrigatória na grade curricular a educação para os direitos humanos como forma de combate a todo tipo de desigualdade, discriminação, violência, abuso etc, bem como a mais efetiva e poderosa ferramenta para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do estabelecimento da paz mundial.

Fazer cumprir a lei 11.684/08, que estabeleceu, em seu artigo 36, IV, a obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de Filosofia e a Sociologia. Sancionada em 2008, até a presente ainda é possível encontrar inúmeras escolas sem as disciplinas em questão.

A extensão universitária deverá estimular e premiar tecnologias apropriadas (de baixo custo e fácil acesso), cujo princípio e prática Hamilcar Herrera atribui a Gandhi, e cujo movimento foi amplamente fortalecido na América Latina e Europa. No Brasil, as Tecnologias Apropriadas destacaram-se nos períodos do Governo Montoro (anos 1980) e Cristovam Buarque (anos 1990). Recentemente, o termo foi redefinido, especificamente, no Brasil, com o nome Tecnologia Social.

Quanto ao trabalho, reconhecemos que progredimos nestes anos de governos democráticos, mas nós sabemos, entretanto, que nosso país continua sendo um dos mais desiguais do mundo, e muitos dos nossos ainda vivem na miséria. Alguns programas neste período democrático têm sido importantes para diminuir este problema e serão por nós apoiados na sua continuidade.

O primeiro é o benefício a um salário mínimo previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) pós-Constituinte, para todos os idosos e deficientes muito pobres e que não tenham outro benefício de seguridade. Outro é a equiparação do piso de um salário mínimo da aposentadoria rural em relação ao piso já existente do trabalhador urbano, decisão da Constituinte 87/88 de grande repercussão na zona rural do país. O terceiro é o programa chamado Bolsa Família.

Vamos repartir o trabalho. Repartir a riqueza. Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais e começar uma transição para chegarmos a 30 horas semanais (trabalharmos menos para trabalharmos todos) sem redução salarial.

Apoiar e ampliar o Programa Bolsa Família construindo soluções locais para fomentar a geração de renda das famílias. Apoiar fortemente as redes de produção, de troca e de consumo, solidárias e sustentáveis, que dão forma à economia solidária, da qual o cooperativismo é parte fundamental.

Destinar parcela considerável dos créditos disponíveis em órgãos oficiais para um grande programa de microfinanças e profissionalização prioritariamente para as mulheres das famílias que hoje recebem o bolsa família ou que estejam perto do limiar da miséria.

Fortalecer e apoiar as redes de produção, de troca, de consumo e de financiamento solidários, do qual fazem parte, dentre outros, o sistema de cooperativismo (que deve ser aperfeiçoado), os atores da economia popular e solidária e os trabalhadores auto gestores.

Criar condições e assumir o compromisso de fomento, apoio técnico, jurídico e de formação aos grupos de produção de mercadorias – bens e serviços – com a apropriação de tecnologias locais e sustentáveis. Renúncia fiscal aos materiais utilizados por estas iniciativas, com redução progressiva mediante a aplicação do mecanismo de rebate/recuperação tributária.

Criar um segmento de Crédito e Financiamento, sem fins lucrativos, voltada para a Economia Popular Solidária, atuando fora do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com supervisão e fiscalização apropriadas. A proposta tem como fundamento o PLP 93/2007 (em trâmite na Câmara Federal), de autoria da deputada Luiza Erundina.

Apoiar as Pequenas e Microempresas bem como os Microempreendimentos Individuais (MEI) que, em conjunto com a Economia Solidária, ocupam, atualmente, 52 milhões de pessoas e representam 25% do PIB. Apoiar a descentralização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da comunidade/local.

*Eduardo Jorge é candidato à Presidência da República pelo Partido Verde (PV).*





## Por um Brasil com direitos sociais plenos aos trabalhadores e ao povo

A situação da saúde e educação do trabalhador vincula-se e depende do caráter do projeto político e econômico dominante no país. Atualmente, sob a mundialização e dominação do capital financeiro sobre o Brasil, as formas de exploração da força de trabalho foram agudizadas, com jornadas estendidas, intensificação do trabalho mediante o acúmulo de novas tarefas em uma mesma jornada, incorporação pelo trabalhador de funções de controle e exploração de sua própria produtividade. No comércio, por exemplo, temos jornadas que chegam a 52 horas de trabalho por semana atualmente no país. Mesmo em setores considerados “de ponta” na economia brasileira, como o automobilístico, existe um grau de intensificação jamais visto e, apesar dos elevados lucros e incentivos auferidos às empresas, elas seguem demitindo e reduzindo salários, o que aumenta o medo no ambiente da fábrica.

Além disso, tanto na indústria, como no comércio e nos serviços, regimes de metas de produtividade inatingíveis, bancos de horas para o não pagamento de horas extras cujos limites a remuneração mais elevada estão estabelecidos em lei, entre outras práticas de gestão, vêm contribuindo para acentuar a exploração ao mesmo tempo em que busca justificá-la, lançando sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade dos baixos salários que lhe são auferidos. Isso tudo provoca um desgaste acentuado e prematuro da força de trabalho no país.

Além da situação no trabalho, uma parcela significativa da população trabalhadora vive sob condições de infraestrutura e acesso a serviços básicos muito precários. Em pleno século 21, parte significativa dos trabalhadores e do povo não tem acesso a saneamento básico, mora em favelas, não pode ir ao dentista regularmente ou consultar um especialista. O que é estranho não é a antena de TV a cabo no telhado de uma casa na favela, mas a precariedade da casa, com falta de esgoto, a rede de eletricidade que só chega mediante uma ligação irregular, entre outros serviços essenciais. Soma-se a isso o profundo déficit habitacional brasileiro, que leva a mais de uma família a compartilharem o mesmo teto, com menos espaço que o adequado. Nós, do PSOL, consideramos essa realidade inaceitável. Pois, ainda que a expectativa geral de vida no Brasil venha aumentando, mediante os avanços da medicina, também é verdade que os trabalhadores estão adoentados desde muito cedo devido a suas condições de trabalho e vida.

As reformas previdenciárias dos governos FHC, Lula e Dilma restringiram direitos adquiridos, aumentando o tempo de trabalho para alcançar a aposentadoria, tributando duplamente e desvinculando os reajustes de aposentados e pensionistas aos reajustes do salário mínimo. A privatização da previdência, inclusive dos funcionários públicos, via fundos de pensão como o Funpresp, neste caso, é outro elemento que compõe o mesmo quadro de precarização do trabalho, colocando em risco toda a seguridade social ao lançar a poupança dos trabalhadores nas mãos de especuladores e sob as flutuações dos mercados financeiros internacionais. O Brasil gasta pagando juros elevados aos especuladores praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no sistema de seguridade social. Só que a dívida interna remunera cerca de 20 mil credores, enquanto a seguridade atende a cerca de 130 milhões de pessoas. É preciso anular as reformas previdenciárias, acabar com o fator previdenciário e voltar a vincular os reajustes das aposentadorias e pensões ao salário mínimo.

Por outro lado, verificamos a profunda perda do valor de compra do salário mínimo, que, atualmente, tem cerca de metade da capacidade de compra que tinha no ano de sua criação, em 1940. Ainda que tenha se recuperado em relação aos difíceis anos 1990, quando chegou a valer menos de 30% do valor original, as recuperações salariais dos últimos anos são ainda muito tímidas. É preciso reverter essa tendência, pois seus efeitos sobre as condições de vida da classe trabalhadora são avassaladores. É necessário criar condições estruturais para a adoção do salário mínimo estabelecido pelo Dieese.

Diante do empobrecimento relativo da classe trabalhadora, é natural que cresçam em importância as políticas de assistência social e renda mínima. Porém, os atuais planos de combate à pobreza não têm a capacidade de reduzir de forma substantiva as desigualdades sociais, pois não respondem à necessidade primordial de estabelecer uma redivisão mais justa da renda nacional entre os chamados ganhos do capital e ganhos do trabalho. Proporcionalmente, uma parcela relativamente maior dos ganhos totais vem sendo apropriada pelo capital, ainda que relativamente possamos observar recuperação dos salários, pois o conjunto da riqueza produzida é infinitamente maior com o passar do tempo. Por isso, ainda que apoiemos e pensemos que é necessário ampliar os recursos do Bolsa Família e outros programas similares, temos a convicção de que a única forma de enfrentar verdadeiramente as desigualdades é eliminando o fosso que separa ricos e pobres no Brasil através de um novo modo de produzir e distribuir a riqueza.

Nestas eleições presidenciais de 2014, os candidatos Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva defendem o chamado “tripé macroeconômico”. Ou seja, estão comprometidos com assegurar os elevados ganhos dos especuladores

mediante o cumprimento do superávit primário, juros altos e câmbio ao sabor dos mercados. No último ano, entre abril de 2013 e 2014, o governo Dilma aumentou a taxa básica de juros nove vezes. Não há maneira mais vergonhosa de atender à expectativa de liderança mundial do Brasil do que figurar entre os países com maior taxa de juros do planeta. Nós queremos que o Brasil seja líder em soberania, justiça social e no gozo de mais direitos para o conjunto do seu povo.

Em nosso entender, a receita do “tripé macroeconômico” já provou ser um remédio amargo demais para a classe trabalhadora. Por isso, nós não adotaremos esse tripé, mas uma política soberana que ofereça um novo modo de fazer crescer a produção sem dilapidar a força de trabalho e o meio natural, ao mesmo tempo em que vai solapando as bases da desigualdade. Propomos:

- Enfrentar o sistema da dívida, realizando uma auditoria da dívida pública, a exemplo da realizada no Equador.
- Realizar uma Revolução Tributária, para que os ricos paguem mais impostos que os trabalhadores, através da regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas e revisão da tabela do Imposto de Renda para tributar os maiores rendimentos, entre outras medidas de justiça fiscal;
- Transformar o modelo produtivo e reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira, com medidas, por exemplo, como a reforma agrária orientada para a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxico, para o mercado interno, diminuindo a pressão inflacionária sobre a cesta básica;

Para além das diretrizes econômicas, quero destacar um outro eixo programático fundamental da nossa candidatura referente aos direitos civis. Advogamos por uma educação que desenvolva as capacidades críticas e criativas da sociedade, em prol da liberdade. Nós, que, por meio de projetos apresentados pelo PSOL na Câmara dos Deputados, reivindicamos o respeito às relações homoafetivas e o direito ao casamento igualitário, ao chegarmos ao governo, vamos tomar medidas concretas neste sentido.

Do mesmo modo, vamos discutir a questão do aborto, livre de preconceitos, pois trata-se de um grave problema de saúde pública e um tabu que precisamos enfrentar para garantir direitos às mulheres. O Ministério da Saúde do governo Dilma, lamentavelmente, depois de haver publicado a portaria 415, que regulamenta o aborto legal e obriga o SUS a realizá-lo em casos de estupro, anencefalia e risco de vida à mãe, voltou atrás e revogou a portaria, cedendo a pressões de setores evangélicos que a apoiam na campanha pela reeleição, em grave prejuízo a esse direito já conquistado pelas mulheres brasileiras.

Finalmente, se eu for eleita presidenta do Brasil, vou colocar em pauta a discussão sobre a descriminalização da maconha, visto que a política de guerra às drogas fracassou, convertendo-se em uma verdadeira guerra aos pobres, encarcerando compulsória e massivamente milhões de pessoas, em especial homens jovens e negros. A regulamentação do uso da maconha permitirá seu uso medicinal e recreativo, sendo alvo de campanhas de conscientização do uso como o álcool e o tabaco, e seguido por uma política de assistência efetiva aos dependentes.

Somente com medidas como estas e com base em um debate franco com a sociedade mobilizada será possível construir um Brasil mais justo, igualitário e soberano para seu povo. Um Brasil com mais direitos.

*Luciana Genro é candidata à Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)*



## PROGRAMA DO PCB PARA A EDUCAÇÃO, A SAÚDE E O TRABALHO

O PCB defende a construção de um sistema nacional de educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade. Os governos do PT não reverteram o processo de privatização na educação. Pelo contrário, ajudaram a que o ensino privado se consolidasse, a ponto de formar uma forte burguesia nacional na área da educação. O ensino privado tem recebido incentivos públicos mediante o Fies e o Proni. Grupos de educação superior com capital internacional, verdadeiros conglomerados monopolistas, têm se consolidado no Brasil. Houve um grande crescimento, nas universidades públicas, da oferta de prestação de serviços de consultoria e pesquisa aplicada para governos e empresas privadas. O resultado destas ações foi uma vinculação de grande parte do trabalho acadêmico às demandas privadas, gerando, em muitos casos, pequenas “empresas” dentro das instituições federais. A modesta expansão do ensino universitário público tem sido balizada por programas como o Reuni, que representa, de fato, a adoção da lógica de mercado no interior das universidades públicas. A atividade de pesquisa não está voltada para a conquista de autonomia científica e tecnológica para o país, e muito menos dedicada à busca de soluções para os grandes problemas da maioria da sociedade, a classe trabalhadora. Por sua vez, as atividades de extensão se restringem a pequenas iniciativas, muitas vezes à margem das instituições, em geral de cunho assistencialista, não atuando como um grande eixo de interação entre a universidade e a sociedade.

O PCB participa da luta por uma Universidade Popular, reunindo professores, estudantes, técnicos administrativos e organizações da classe trabalhadora com vistas à expansão da universidade pública, gratuita e de qualidade visando a universalidade do acesso, como uma instituição de não-mercado. A Universidade Popular voltará seus esforços de ensino para a formação crítica necessária para formar profissionais capazes de se apropriar do pensamento científico e se tornarem sujeitos ativos no processo de transformação social; voltará seu trabalho de pesquisa para a análise e solução dos grandes problemas da sociedade, para a conquista da autonomia científica e tecnológica do país; terá grandes eixos de ações de extensão para a atuação direta e integrada junto aos sistemas sociais mais relevantes para a classe trabalhadora, como a Educação Básica, a Saúde, a questão urbana, os transportes, a habitação, o meio ambiente, etc.

Como parte do processo de construção da Universidade Popular e da educação básica em favor dos interesses do proletariado, o PCB defende o aumento do orçamento da Educação para no mínimo 10% do PIB, com controle das organizações sociais e populares, na perspectiva de que todo dinheiro público deva ser investido exclusivamente em instituições públicas estatais, e lutará pela eliminação de todas as formas de captação privada de recursos. Propomos também o controle social sobre as instituições privadas, nos aspectos trabalhista, acadêmico e fiscal, piso salarial equiparado às universidades públicas, fim da renúncia fiscal e estatização das instituições inadimplentes e irregulares do ponto de vista fiscal ou trabalhista. Queremos a democratização da gestão de todas as instituições educacionais do país, sejam elas públicas ou privadas, com a eleição direta dos dirigentes pelo voto paritário e a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões. Por fim, é preciso garantir o atendimento às necessidades dos trabalhadores de educação, com políticas que implantem a jornada de trabalho dos professores composta de 50% do tempo em sala de aula e de 50% de horas-atividade; equiparação do piso salarial dos trabalhadores da educação com as demais categorias que possuam o mesmo nível de formação; formação presencial dos professores, que deve ser

considerada responsabilidade pública; redução do número de alunos por sala de aula.

O quadro geral da saúde no Brasil é de calamidade. A maior parte dos hospitais públicos está em péssimas condições, e as redes ambulatoriais – em geral, gerenciadas pelos municípios, comumente, de maneira indireta, através de Organizações Sociais ou outras formas privatizantes de gestão – funcionam precariamente. Os salários dos profissionais que trabalham para o Estado são aviltantes. Na rede privada, a situação não é muito diferente: os planos de saúde são muito caros, os pacientes enfrentam filas e longos períodos de espera para serem atendidos. Os serviços de saúde geridos pelas OS, via contrato de metas com o governo a que estão relacionadas, estão submetidos à lógica capitalista do aumento de produtividade, o que acaba redundando na maior rotatividade nos leitos de internação hospitalares (altas hospitalares mais rápidas) e na precarização do atendimento. Com respeito à atenção básica, a realidade nos mostra um panorama desolador, já que as unidades básicas são insuficientes perto do crescimento populacional urbano, com o qual crescem rápida e assustadoramente as más condições de vida. Como os programas de Saúde da Família, em sua imensa maioria, não foram implementados, à maioria dos trabalhadores resta o acesso à saúde gratuita restrita ao cuidado básico (primário), ficando sujeita a filas cada vez maiores pela falta de vagas para consultas ambulatoriais e/ou internações.

O processo de privatização também atinge os hospitais universitários, que devem cumprir papel essencial na produção de conhecimento e na organização da assistência à saúde de alta complexidade, além de se constituírem em espaços para a educação em saúde. A privatização deste setor se deu através da terceirização da gestão, com empresas que precari-

zam as relações de trabalho e se apropriam dos conhecimentos produzidos na Universidade Pública, favorecendo a ação das corporações ligadas à produção de medicamentos, alimentos e vacinas. No âmbito das relações de trabalho, precarizam-se as condições de contratação, demissão e aposentadoria e impõe-se a lógica produtivista no serviço. Abandona-se o conceito da seguridade social solidária, e os trabalhadores são vistos apenas como “recursos humanos”, a exemplo do que acontece nas empresas privadas. O mesmo movimento de sucateamento do sistema público e promoção do sistema privado se repete em relação à seguridade social, à assistência social e à previdência.

O PCB participa ativamente das frentes de lutas contra a privatização e pela universalidade do acesso à saúde pública, estatal e de alta qualidade. Propomos a estatização total do setor como uma necessidade para se promover a atenção digna à saúde dos trabalhadores e de toda a população. Defendemos a recomposição dos salários e dos planos de carreira dos profissionais do setor. Queremos a universalização do acesso à previdência e à assistência social, com políticas e programas voltados para os grupos com necessidades específicas. Nossa atuação se dará no sentido da ampliação da assistência farmacêutica, com quebra das patentes, produção estatal dos medicamentos e sua distribuição gratuita, no rumo diverso do atual modelo de farmácia popular, em que o Estado subsidia os medicamentos e repassa para o capital privado. Vamos implantar de fato o Sistema Único de Saúde público, estatal, gratuito, integrado e universal como parte de uma profunda transformação da concepção saúde/doença com ênfase na prevenção e no conjunto das condições para uma vida saudável.

Um governo socialista deve operar no sentido de reverter a atual tendência de retirada e flexibilização de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Nessa direção, o PCB afirma seu compromisso com os direitos dos trabalhadores, começando por aqueles ligados ao mundo do trabalho. A garantia do emprego e das condições de trabalho, da saúde do trabalhador, do salário, da jornada, das férias e outros direitos históricos devem ser ampliados com formas de poder operário capazes de enfrentar o capital que trata a força de trabalho como recurso descartável, fato acentuado nos períodos de crise. Promoveremos a imediata reversão da chamada reforma da previdência, com a garantia de uma previdência pública e da aposentadoria integral e universal com reajustes isonômicos para os aposentados, da mesma forma que avançaremos na direção de novas conquistas em prol dos direitos essenciais da classe trabalhadora, tais como: redução da jornada de trabalho sem redução de salários, com o fim do banco de horas; valorização do salário mínimo e dos salários em geral, nos setores público e privado, visando à adoção do salário mínimo real do Dieese; valorização das pensões e aposentadorias, com a anulação da contrarreforma da previdência; pelo estabelecimento de um Sistema Previdenciário 100% estatal, tanto para os trabalhadores da rede pública quanto para os trabalhadores do setor privado, garantindo-se a gestão pelos trabalhadores; estabilidade no emprego e formalização dos vínculos trabalhistas; aumento das admissões via concurso público de servidores estatutários no setor público, com destaque para as áreas de saúde, educação e outras áreas de interesse social direto; fim das terceirizações no serviço público e no setor privado; políticas públicas promotoras da saúde dos trabalhadores, contra a intensificação de esforços físicos e intelectuais na atividade laboral; reestatização das empresas privatizadas, sob controle dos trabalhadores; tarifa zero e estatização de todos os meios de transporte coletivo e de massa.

*Mauro Iasi é candidato à Presidência da República pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)*



### **Aumento geral nos salários e trabalho para todos**

Os empregos formais criados nos últimos 12 anos são, na sua maioria, os de baixa remuneração e até 1,5 salário mínimo.

A terceirização avançou e, com ela, a flexibilização trabalhista. A realidade para a classe trabalhadora é formada de baixos salários, precarização e cada vez menos direitos. As mulheres e os negros e negras são os setores mais afetados.

A inflação corrói os salários, sobretudo pelo aumento nos preços dos alimentos que penaliza os mais pobres. As famílias estão cada vez mais endividadas. Em julho, o nível de endividamento das famílias estava em 63%.

O salário mínimo, de R\$ 724, continua sendo um salário de miséria. De acordo com o Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$ 2.915 (em julho) para cumprir o que estabelece a própria Constituição, ou seja, dar conta do sustento de uma família no mês.

Isso acontece porque a prioridade dos governos até hoje foi privilegiar os lucros dos bancos, grandes empresas e empreiteiras. Quando a economia cresce, os salários nunca crescem proporcionalmente aos lucros, pelo contrário, o que aumenta são as jornadas e o ritmo de trabalho. Quando a

economia fica estagnada ou recua, como estamos vendo agora, os salários e os empregos são os primeiros a serem atacados.

Temos que inverter essa lógica. Defendemos o aumento geral nos salários, a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, a elevação do salário mínimo ao do Dieese e o combate à terceirização. É possível fazer isso acabando com os subsídios e isenções aos empresários, tirando dinheiro dos lucros das empresas e não pagando os juros da dívida interna e externa.

- Aumento geral dos salários
- Salário mínimo do Dieese
- Redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução de salários
- Congelamento dos preços
- Fim das terceirizações

### **SUS 100% estatal e de qualidade**

O povo sofre nas filas, com a falta de profissionais; com a dificuldade para marcar exames e cirurgias; com a falta de infraestrutura; a falta de acesso a medicamentos e a precarização do trabalho.

Para garantir o direito à saúde a toda população, são necessárias mudanças radicais! Um programa de classe, anticapitalista para a saúde pública no Brasil, com o objetivo de aplicar um plano de resgate do SUS.

Para viabilizar o SUS 100% estatal, público e de qualidade, é necessário aplicar 10% do PIB na saúde pública. O Brasil investe abaixo da média de outros países. Em 2013, o investimento correspondeu a apenas 3,7% do PIB. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi prorrogada até 2015. Essa medida permite ao governo desviar até 20% do orçamento da Seguridade Social. A votação da Emenda 29 não trouxe mais recursos para a saúde ao não regulamentar o piso de gastos do orçamento federal. A promessa dos 25% dos royalties do Pré-sal para a saúde acrescentará apenas 0,4% do PIB para saúde, até 2022.

Já o setor privado corrói o SUS desde a sua criação através de contratos ilegais e superfaturados, cooperativas, terceirizações, quarterizações e modelos de gestão privatizantes como as Organizações Sociais, Fundações Estatais de Direito Privado e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Outras formas são os subsídios para a expansão dos planos privados, a mudança constitucional que abriu o mercado nacional para seguradoras estrangeiras e o “perdão” das dívidas dos hospitais filantrópicos. Precisamos reestatizar todos os serviços privatizados com a estratégia de chegar ao SUS 100% estatal.

A terceirização e a desregulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários se ampliaram na saúde a partir das reformas neoliberais. A regulamentação do teto de 30 horas semanais não foi cumprida pelo governo Dilma; assim como a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SUS.

Defendemos a formação de conselhos populares de saúde. Os conselhos devem ser classistas, autônomos e independentes dos governos e dos empresários. O controle social do SUS existe na lei, porém, na prática, é uma farsa, sendo um espaço de cooptação dos movimentos sociais. Só um verdadeiro controle popular poderá exercer uma fiscalização adequada e combater a corrupção no uso de verbas.

É necessário ter políticas de saúde que respondam às necessidades das mulheres, negros e negras e LGBTs, que se se enfrente com toda forma de opressão e discriminação, seja de gênero, racial ou devido à orientação sexual.

- 10% do PIB para a Saúde já!
- Fim de todas as formas de privatização
- Formação de conselhos populares de saúde
- Contra toda forma de opressão na saúde
- Redução da jornada de trabalho para portadores de doenças crônicas não-incapacitantes, como diabetes, lúpus, problemas locomotores, etc., sem que haja interferência e burocracia do INSS
- Desburocratização do acesso, via SUS, a medicamentos caros para tratamento de doenças raras e crônicas
- Isenções de impostos para portadores de doenças crônicas

## Ensino público, gratuito e estatal para todos

Em 2011 nosso país foi alçado à condição de sétima economia do planeta. Mas na educação, a notícia não empolgava ninguém. Isso porque o Brasil foi classificado em 88º lugar no ranking da Unesco. Ou seja, a nossa educação é uma das piores do planeta.

A escolaridade média no Brasil equivale a pouco mais de sete anos, segundo o IBGE, equivalente a do Zimbábue, país que foi “eleito” - segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU - o pior lugar do mundo para se viver.

Possuímos, segundo o IBGE, 13,2 milhões de analfabetos que correspondem a 8,6% da população com 15 anos ou mais de idade e, considerando os negros, o índice dobra. Temos 27,8 milhões de analfabetos funcionais, pessoas que passam pela escola e não sabem ler e escrever.

Isso é o resultado de uma política deliberada do Estado de mercantilizar a educação, criando um mercado de negócios educativos, da educação básica ao ensino superior.

Esse mercado implica na transferência de alunos das escolas públicas para as privadas. Como mostra o censo educacional do Inep/MEC, as matrículas na educação básica, entre 2002 e 2010, diminuíram 12,5% nas redes públicas, enquanto na rede privada aumentaram 5,2%. No ensino superior, no período 1994-2009, as matrículas cresceram 121% nas instituições públicas e 356% na rede privada; as instituições privadas de ensino superior receberam 4,4 milhões de alunos, enquanto as públicas receberam três vezes menos, 1,5 milhão.

A expansão do setor privado está sendo feita com dinheiro público. Uma série de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na educação básica garantem a transferência de recursos públicos ao capital privado através da merenda escolar, uniformes, treinamento de professores, terceirizações de funcionários das escolas, material didático, reformas e construção de prédios escolares.

No ensino superior, as fundações privadas estão ocupando espaços cada vez maiores na estrutura das universidades públicas. Utilizam o nome e recursos dessas instituições para oferecer cursos privados.

Fundos privados, inclusive com participação de capital internacional, passam a investir no mercado da educação. Os fundos Pátria e Kroton controlam duas das cinco maiores instituições privadas de ensino do país, a Anhembi Morumbi e a Anhanguera, com participação de capital externo.

Mecanismos como Prouni e o Reuni legitimam a privatização do ensino superior. O primeiro garante compra de vagas ociosas nas faculdades privadas pelo governo. O Reuni legaliza as fundações privadas que vendem cursos e manipulam verbas públicas nas universidades públicas.

O Fies, crédito educativo, permite que instituições financeiras participem nos negócios da educação superior. Bancos e instituições privadas de ensino lucram, cobrando juros pelos financiamentos.

A consequência é a transformação de um direito da população, o ensino, num grande negócio.

Tudo isso está devidamente legalizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso pelo governo Dilma.

Um programa socialista para a educação deve defender o ensino e o acesso ao conhecimento como um direito e não como serviço ou mercadoria. O que significa defender a estatização de todas as instituições privadas de ensino. Devemos exigir também o fim do vestibular e a garantia de vagas para todos no ensino superior público.

Para combater o abismo que separa negros e brancos também no sistema educacional, defendemos cotas raciais, além das sociais.

Para que haja verbas para a universalização da educação pública e estatal em todos os níveis, lutamos pelo não pagamento da dívida pública; por 10% do PIB, já, para a escola pública; contra o PNE do governo; pela mais ampla democracia nas escolas e pelo controle da população sobre as verbas e funcionamento das escolas.

- Investimento público somente para a educação pública
- 10% do PIB para a educação pública já! Contra este atual Plano Nacional de Educação
- Expropriação sem indenização do ensino privado
- Democracia nas escolas, com controle popular sobre as verbas e seu funcionamento
- Fim do ensino religioso ou confessional, por um ensino laico

*Zé Maria é candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)*



## Saúde

É preciso que o governo federal invista mais no setor. Hoje, o problema do Programa Saúde da Família está no repasse do governo. São R\$ 9,5 mil distribuídos para quatro profissionais: um dentista, um clínico geral, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem. O médico não aceita hoje se mudar com a família para o interior do país, se distanciar de parentes e amigos e construir uma nova vida por menos de R\$15 mil, o que termina sobrecarregando as prefeituras que pagam a diferença para terem os médicos trabalhando. Proponho a inserção de mecanismos de eficiência dentro do sistema público para sua melhoria, em especial a meritocracia e o plano de metas, de forma que os melhores hospitais e médicos sejam premiados financeiramente; desburocratização e ampliação do livre-mercado de operadoras de planos de saúde; extinção de tributos que incidam no sistema de saúde; incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários; desburocratização do processo para legalização de produtos médicos junto ao governo; desburocratização e incentivo ao aumento de vagas em cursos universitários privados de medicina; estímulo à descentralização das decisões de gestão hospitalar e valorização do corpo técnico do hospital público; combate ao tráfico de entorpecentes para fins de preservação da vida e da saúde da população; revisão da Tabela do SUS, de modo a garantir níveis remuneratórios condignos para profissionais

de saúde e para a rede conveniada; e demais ações que garantam uma saúde de qualidade para todos os brasileiros.

## Trabalho

Pretendo realizar uma reforma trabalhista que crie maior liberdade de negociação entre patrões e empregados. Pretendo também desonerar a folha de pagamento, para que o dinheiro referente aos custos do trabalho possa ir para o bolso do trabalhador, e não do governo; realizar crescente busca pela eliminação da obrigatoriedade de certificação oficial para trabalhar em serviços específicos onde for possível, ficando a cargo do consumidor a decisão de contratar ou não o profissional; e demais ações em defesa do aumento do acesso de cidadãos a um emprego digno com aumento do rendimento mensal do trabalhador.

## Educação

Uma educação de qualidade deve atender indistintamente a todos, com o governo se livrando de estatais ineficientes e cabides de emprego e liberando a iniciativa privada para empreender e desenvolver o país. Um dos fatos mais lamentáveis na história da educação e do desenvolvimento das famílias de agricultores foi o fechamento de escolas na área rural. Eu farei o contrário do que foi feito nos últimos 10 anos, quando foram fechadas mais de 32 mil escolas na área rural. Não fecharemos escolas; daremos condições para o brasileiro estudar e trabalhar. Em qualquer lugar. Pretendo inserir mecanismos de eficiência dentro do sistema público, em especial meritocracia e plano de metas. Pretendo também expandir o modelo do Prouni ao ensino técnico, médio, fundamental e infantil; desburocratizar o processo de abertura de escolas, de cursos e do número de vagas em instituições de ensino privados; investir em processos educacionais de longa distância e informatizados para reduzir o custo do ensino em todo o país; dar ênfase às matérias de matemática e língua portuguesa no ensino fundamental; descen-

tralizar a gestão do sistema educacional; aumentar os investimentos públicos; além de outras ações que julgemos necessárias para o fortalecimento desse setor. Nosso plano educacional é o melhor e mais diversificado dentre todas as candidaturas presidenciais. Veja algumas das minhas propostas: (I) Inserção de mecanismos típicos de eficiência dentro do sistema público para sua melhoria, em especial a meritocracia e o plano de metas, de forma que as melhores escolas e os melhores professores sejam premiados financeiramente; (II) Expansão do modelo do Prouni ao ensino técnico, médio, fundamental e infantil, incentivando a inserção de alunos na rede privada de ensino através de vales-educação e instrumentos afins, garantindo aos mais humildes o mesmo nível de educação dos mais abastados; (III) Desburocratização do processo de abertura de escolas, de cursos e do número de vagas em instituições de ensino privados; (IV) Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários; (V) Investimento em processos educacionais de longa distância e informatizados para reduzir o custo do ensino em todo o país; (VI) Nos ensinos médio e fundamental, ênfase nas matérias de matemática e língua portuguesa; (VII) Desestímulo à gestão centralizada do sistema educacional. Concentração de competências na escola, com especial estímulo à participação de pais e mestres na elaboração do plano educacional da criança e votação direta dos diretores escolares pela associação de pais e mestres na escola pública; (VIII) Cumprimento do mandamento constitucional que exige o investimento mínimo de 18% do orçamento federal em educação; (IX) Estimular a aproximação das universidades com os núcleos de produção para a conquista e a geração de novas tecnologias e empreendimentos, seguindo o magnífico exemplo do ITA e da Embraer; (X) Demais ações que garantam uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

*Pastor Everaldo é candidato à Presidência da República pelo Partido Social Cristão (PSC)*

## O Brasil que queremos e podemos

Quero um país enriquecido pelos valores da lealdade e iluminado pelos amanheceres da esperança. Esse é o sentimento de todos os Democratas Cristãos do Brasil em um momento no qual a nação se encontra na contramão do desenvolvimento e da pujança que deveriam ser a marca registrada de um país com as dimensões e a grandeza Brasil.

Para que isso ocorra é necessário primeiro priorizar a educação, como vetor fundamental para o desenvolvimento do país, avanço social e cidadania plena.

Entre outras ações, são prioridades: assegurar que o ensino fundamental tenha as funções de capacitar os alunos para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, como definido nos Pilares da ONU para a Educação.

Ensino Inclusivo: educação qualificada abrangendo todas as crianças e jovens portadores de necessidades especiais: mentais, motoras, auditivas e visuais.

No campo da saúde é vital assegurar a todos e de forma concreta o acesso a ela, através das seguintes ações, entre outras:

- Desenvolvimento e aplicação efetiva do Sistema Único de Saúde Pública.
- **SAÚDE INTELIGENTE:** Programa de Saúde Pública com foco na prevenção. A Saúde chegando antes que a doença impedindo que ela se instale, promovendo assim ganho de qualidade de vida e economia de recursos públicos.

No campo trabalhista nossa política será voltada para o desenvolvimento, visto que sem ele não há geração de emprego e trabalho. Assim são nossas metas:

Formulação e aplicação de **POLÍTICA-ECONÔMICA** orientada para o desenvolvimento e geração de empregos, compreendendo entre outras as seguintes ações:

- Incentivar a construção civil, através de política tributária específica e políticas de desenvolvimento urbano e saneamento básico;
- Política oficial de apoio ao empreendedorismo e incentivo para a criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.
- Incentivar a formação de mão-de-obra através de cursos profissionalizantes, inclusive de curto prazo;
- Gerenciamento eficaz dos gastos públicos, possibilitando novos investimentos do governo federal em obras públicas prioritárias e de alcance social, sem prejuízo das obras já em andamento.
- Estimular a instalação de Polos de Desenvolvimento, em parceria com Governos Estaduais;
- Política macro econômica orientada para diminuição do custo do crédito para o setor produtivo.



- Apoiar e incentivar o Turismo, inclusive o Turismo de Negócios, cumprindo a obrigação contida no artigo 180 da Constituição Federal, de autoria da Social Democracia Cristã: *“a União, os estados, o distrito federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”*.
- Valorizar o agronegócio e apoiá-lo com ações de governo específicas, valorizando e apoiando ao mesmo tempo os pequenos e médios produtores rurais.

Essas e as demais orientações para a efetivação de um verdadeiro Estado servidor podem ser encontradas em meu site (eymaelpresidente27) juntamente com as ações que formam minha plataforma de governo.

Estamos também em todas as redes sociais do Youtube ao Twitter, passando pelo Facebook, Instagram e Google Mais.

Acesse. Pois tudo o que fazemos é visando você cidadão, nosso interlocutor e amigo.

PSDC Juntos para o Brasil que queremos.

*Eymael é ccandidato à Presidência da República pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC)*



# Reforma política, modelo de desenvolvimento, papel do Estado, agronegócio: saiba o que pensam os candidatos sobre temas relevantes do debate político atual

André Antunes | Leila Leal | Viviane Tavares

## 1. Do ponto de vista geral, como o sr. definiria o projeto de país que orienta o seu programa de governo? Qual deve ser o perfil da economia brasileira, qual o lugar da iniciativa privada e das instituições estatais para o desenvolvimento e qual o papel do Brasil no cenário internacional?

**Aécio Neves - PSDB** 

O nosso Plano de Governo reafirma o compromisso básico e fundamental com a defesa das liberdades do povo brasileiro, por meio da defesa firme da liberdade de imprensa, da liberdade de opinião e de expressão, da independência dos Poderes da República e da Federação, fundamentos de nossa democracia e que permeiam todas as políticas públicas.

Defendemos desenvolvimento econômico com recorte regional e com propostas para as regiões mais fragilizadas economicamente do Brasil. Além da melhoria do sistema tributário e do equilíbrio das contas da previdência social, mantemos o compromisso de combater a inflação e propomos medidas de incentivo à geração de empregos. Também defendemos uma política industrial que fomente o crescimento com maior produtividade, agregação de valor e inovação.

Na área de política externa, definição de uma nova estratégia de negociações comerciais, para por fim ao isolamento do Brasil. O Plano propõe também uma maior ação diplomática em relação a temas globais. Prevemos uma reavaliação das prioridades estratégicas à luz das transformações do cenário internacional no século 21.

**Eduardo Jorge - PV** 

Nosso projeto quer mostrar que é possível um projeto para o Brasil que combine desenvolvimento sustentável, justiça social e cultura de paz com radicalização da democracia, sem abrir mão da governança planetária.

Pretendemos legitimamente imprimir um 'estilo verde' à economia nacional. Numa época em que tanto o interesse nacional quanto o interesse das demais nações deveria estar voltado para enfrentar o desafio maior da crise do aquecimento global, perda de biodiversidade e pressão sobre os limites do planeta, nosso objetivo na condução da economia é combinar a construção de um país com economia de baixo carbono à democracia, respeito à diversidade e promoção de maior igualdade.

O que precisamos para superar a brutal e insustentável desigualdade entre Estados Unidos da América e Etiópia, ou entre Japão e Honduras, é uma evolução amadurecida passo a passo por políticas públicas internacionais em direção a uma Federação Democrática das Nações baseada nos alicerces já alcançados pela ONU. Isto vai permitir a preservação da riqueza da nossa diversidade cultural e vai permitir uma convergência dos padrões de qualidade de vida que superem a extrema riqueza e a extrema pobreza.

Cada nação, e mais ainda o Brasil pelo seu peso crescente no cenário internacional, deve fazer o trabalho de desenvolvimento sustentável e superação da miséria no seu território, mas ter consciência de que não há uma salvação isolada de um país. Por mais poderoso que seja, esta solução isolada é atualmente um delírio nacionalista e até reacionário. Devemos ser sujeitos conscientes e ativos neste processo, e não ser arrastados por ele.

O Brasil deve fazer seu dever de casa quanto ao combate ao aquecimento global, proteção à biodiversidade e água limpa, construção de um Estado de Bem Estar Social, superação da pobreza e transição para uma economia verde.

**Eymael - PSDC** 

Como o que eu coloquei na Constituição, no artigo 3º inciso I: livre, justo e solidário. Quanto ao perfil econômico tem que ser o que atenda às necessidades de um país com as dimensões continentais que tem o Brasil. Iniciativa privada e órgãos governamentais têm que ser parceiros em um país com o Estado necessário. O Estado servidor. O Brasil é o país que detém o futuro de uma parcela significativa da humanidade, por suas dimensões, já mencionadas, continentais.

**Luciana Genro - Pso** 

Nosso projeto de país se fundamenta na emancipação humana, pelo fim do abismo social entre ricos e pobres, através da mobilização do povo por mais direitos sociais, que erga uma nova estrutura

econômica e social, em benefício dos trabalhadores e do povo, com mecanismos de democracia direta.

Defendemos alterar a lógica do exercício do poder político, atualmente monopolizado por poucos, capturado pelo capital financeiro que hegemoniza os espaços de decisão e que se traduz em um Congresso que não representa nem a maioria nem a diversidade da sociedade brasileira e em um executivo que fica refém das chantagens do mercado financeiro internacional.

Quanto às relações do Estado com o setor privado, a primeira questão a destacar é que, historicamente no Brasil, o Estado é o principal responsável pela formação bruta de capital fixo. Ou seja, dependem fundamentalmente do Estado os investimentos em instalações e maquinaria que servem de fundamento para a produção e os reimpulsos econômicos. Por isso, criar condições para a expansão das forças produtivas do país com respeito ao meio ambiente e melhoras substantivas nas condições de trabalho não depende, como nos querem fazer crer a mídia monopolizada e os economistas do *mainstream*, do investimento estrangeiro e da desoneração de impostos para grandes empresas. Hoje, doze conglomerados empresariais recebem 60% dos desembolsos do BNDES.

É preciso, portanto, ao contrário, inverter prioridades de investimentos do Tesouro Nacional, dos bancos públicos e das empresas estatais para outro modelo produtivo; acabar com a farra da dívida pública; implementar medidas de controle da saída de capitais e proteger a economia brasileira dos ataques especulativos.

### Mauro Iasi – PCB

O PCB apresenta um programa anticapitalista e socialista e lutar para que se constitua na sociedade a força política necessária à sua implementação. Em um primeiro

momento, deverão ser transformados em meios sociais de produção o solo e o subsolo, incluindo todas as riquezas naturais. Em seguida, algumas atividades, bens e serviços essenciais devem assumir também a forma de propriedade social, como a mineração, a produção e distribuição de energia, os transportes essenciais, a indústria de bens de capital em setores-chaves, etc. Isso implica na imediata reversão das privatizações e da entrega do patrimônio público realizadas no último período. Com esta base socializada é possível desmercantilizar setores como a educação, a saúde, a moradia e os transportes, que devem se tornar imediatamente públicos através de processos de estatização com controle popular, da mesma forma que os sistemas de seguridade e previdência social deverão voltar a ser inteiramente públicos. Daremos, portanto, ênfase às formas estatais e buscaremos atacar o desmedido poder dos monopólios capitalistas. No cenário internacional, atuaremos em favor de uma articulação solidária, soberana e independente dos povos da América Latina, que ataque as desigualdades nacionais e regionais, promova o aproveitamento de forma não predatória dos recursos minerais da região, em detrimento das atuais integrações estatais capitalistas. Privilegiaremos relações fraternas com os povos dos diversos países e regiões que têm sido vítimas do imperialismo.

### Pastor Everaldo – PSC

Nosso projeto de governo é focado no respeito aos valores tradicionais de origem cristã no campo moral, pautado na eficiência e descentralização no campo administrativo, e respeito ao direito de propriedade e estímulo ao empreendedorismo no campo econômico. Entendemos que a economia brasileira precisa ser pujante e diversificada, e que o excesso de burocracia e tributação impede o acesso dos mais pobres ao mercado e ao enriquecimento, seja impedindo-os que montem seus próprios negócios, seja impossibilitando-os de ocuparem bons empregos e manterem o valor do seus salários para si mesmos. O lugar da iniciativa privada deve ser de protagonismo em todos os campos da economia brasileira. Iniciativa privada é sinônimo de sociedade civil no controle da economia, cabendo ao Estado e à classe política que o controla cumprir seu papel fiscalizador e garantidor de contratos e liberdades. O papel do Brasil no cenário internacional deve ser o de promover a paz e a riqueza através do livre-comércio com todas as nações que quiserem comercializar conosco, sem se meter em assuntos internos de outros Estados, seja politicamente ou economicamente.

### Zé Maria – PSTU

Defendemos um programa da classe trabalhadora, anticapitalista e socialista para mudar de fato e atender as reivindicações colocadas nas ruas e nas greves. Para isso, defendemos uma ruptura profunda com a atual política econômica. É necessário romper com as empresas, empreiteiras, banqueiros e multinacionais e construir um governo dos trabalhadores sem patrões.

É preciso deixar de pagar a dívida aos banqueiros. O mecanismo da dívida funciona hoje como um dos principais mecanismos de espoliação, transferindo quase metade do orçamento aos banqueiros. Enquanto continuarmos pagando essa dívida, não será possível investir em saúde, educação e transporte público.

Defendemos a reestatização de todas as empresas que foram privatizadas e a Petrobrás 100% Estatal.

**2. Na esteira dos debates sobre a reformulação sobre o sistema político e eleitoral do país, vem ganhando destaque a discussão sobre a forma de financiamento das campanhas eleitorais e o tipo de relação entre interesses públicos e privados que isso pode determinar. Como funciona o financiamento de sua campanha? Qual a sua opinião sobre as propostas que reivindicam que as campanhas sejam exclusivamente financiadas com verbas públicas e o que pensa sobre uma reforma política no Brasil?**

**Aécio Neves - PSDB** 

O financiamento da nossa campanha é feito dentro da atual legislação brasileira e todas as contas são prestadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acreditamos que a reforma política será um passo importante para o país e deve ser feita de forma responsável, com tempo para que possamos definir um modelo de longo prazo para o país. Entre os pontos que julgamos fundamentais estão: rediscutir a cláusula de desempenho dos partidos, voto distrital misto com lista partidária e o fim da reeleição, com cinco anos de mandato para todos os cargos.

**Eduardo Jorge - PV** 

Queremos mais democracia representativa, participativa e direta e menos corporativismo, clientelismo e burocracia custosa e ineficiente. O Brasil avançou com a redemocratização após a Constituinte 87/88. Em uma área porém há estagnação ou retrocesso a cada ano: a qualidade das práticas políticas. Os partidos, as instituições representativas legislativas e executivas não conseguem mais dar conta do necessário diálogo com a sociedade, cada vez mais informada, mais livre, mais exigente.

Temos que decifrar desafios cada vez mais complexos e não há aparato institucional na política preparado para ser espaço de amplo diálogo e resolução pacífica dos conflitos inerentes a uma democracia. A “Reforma Mãe” e mais urgente do momento é a reforma política para radicalizar a democracia.

O tripé de nossa proposta de reforma da democracia representativa é Parlamentarismo/Voto Distrital Misto/Voto Facultativo. Ela se completa com ampliação da democracia direta e participativa e ampliação das estruturas políticas no município, simultânea à simplificação das mesmas em Brasília. O financiamento das campanhas deve ser público e por contribuição de pessoas físicas. Não deve haver contribuição de empresas. É este o princípio que já estamos adotando nesta campanha.

**Eymael - PSDC** 

Nunca tivemos problemas quanto ao financiamento de nossas campanhas. Os Democratas Cristãos sabem que nossas propostas são as melhores para o país e por isso participam de nossas campanhas. Quanto ao financiamento público das campanhas, entendemos que ele traz benefícios e somos a favor, desde que sigam outras normas que não as aplicadas hoje, por exemplo, para a distribuição do horário eleitoral, que entendemos injustas e antidemocráticas. A reforma política é urgente e necessária.

**Luciana Genro - Psol** 

O Estatuto do PSOL proíbe recebimento de recursos de bancos, empreiteiras e multinacionais, que são os setores econômicos que mais diretamente têm interesses e mantém relações promíscuas com o Estado.

Estamos de acordo com o financiamento público de campanha, que deve ser acompanhado de medidas que barateiem o custo da campanha, como a proibição da contratação de cabos eleitorais.

A verdadeira Reforma Política defendida pela sociedade só poderá vir de muita mobilização. O atual Congresso, tal a sua composição e os interesses que representa, não fará a Reforma Política, que deve priorizar formas de democracia direta da população como forma de coibir o peso do poder econômico nas decisões políticas.

**Mauro Iasi - PCB** 

Para além do financiamento público das campanhas eleitorais, com o que concordamos, propomos uma radical mudança no sistema político, com vistas à construção do Poder Popular, por meio de mecanismos de democracia direta nos locais de moradia e trabalho, para reverter o quadro atual que favorece os grupos capitalistas e impede qualquer poder real de decisão de parte da população e dos trabalhadores. Defendemos: participação das entidades populares na gestão do Estado e nas empresas estatais, privilegiando os funcionários de carreira para o exercício de cargos de direção; garantia de acesso das entidades populares às tribunas parlamentares; direito de cassação direta de mandatos; ampliação das consultas populares, com plebiscitos e referendos; ampliação do direito à iniciativa legislativa popular; lista fechada nas eleições proporcionais; coligações,

em eleições majoritárias e proporcionais verticalizadas em âmbito nacional, através de Federações de Partidos, em bases programáticas de caráter permanente; maior equidade entre os partidos na distribuição do tempo de propaganda gratuita, do fundo partidário e no financiamento público de campanhas; proibição de reeleição para os cargos executivos; parlamento unicameral, com o fim do Senado; Assembleia Popular Constituinte precedida de profunda alteração das regras eleitorais atuais.

#### Pastor Everaldo – PSC

A reforma do sistema político é essencial e o PSC é pioneiro nessa luta. Apresentamos projetos de lei defendendo o fim do voto obrigatório e o fim das coligações nos sistemas proporcionais. É nossa grande preocupação ainda buscar formas de baratear os custos de campanha, notadamente através da desburocratização do sistema eleitoral. Temos também grande preocupação com a lisura dos resultados, e defendemos que o voto eletrônico imprima um recibo que deve ser depositado em urna convencional, para que tenhamos dupla instância de recontagem. O financiamento da nossa campanha é baseado majoritariamente em contribuições privadas de pessoas físicas e jurídicas, sem discriminação e com total transparência. Somos contra o financiamento público exclusivo, pois favorece grandes partidos, desvia dinheiro que deveria estar indo para educação saúde e segurança pública e não impede eventual caixa dois das grandes candidaturas.

#### Zé Maria – PSTU

Nas eleições, são as empresas e bancos que financiam a campanha eleitoral dos grandes partidos. Com mais dinheiro e mais tempo de TV, seus candidatos são eleitos. Na sequência, empresários, banqueiros e

latifundiários cobram a fatura e exigem contratos com a administração pública e aprovação de leis favoráveis aos seus negócios.

A campanha do PSTU é financiada exclusivamente com a contribuição dos trabalhadores. Não aceitamos nenhum dinheiro de empresas. Defendemos que o financiamento das campanhas deve ser público, com quantias pequenas e campanhas modestas.

Uma reforma política realmente interessada em atacar a corrupção e garantir um sistema eleitoral minimamente democrático deveria começar por proibir as grandes empresas de financiar as campanhas eleitorais, adotando o financiamento público de campanha, com quantias modestas e iguais para todos os candidatos.

O tempo de TV deveria ser igual para todos, assim como a participação nos debates e entrevistas. As eleições tem sido um jogo de cartas marcadas e os partidos que não compactuam com a estrutura de poder não têm o mesmo direito de apresentar suas opiniões.

Qualquer proposta de reforma política que não ataque estes problemas será uma farsa.

### 3. As discussões sobre projetos para o campo brasileiro têm sido polarizadas por temas como a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, o peso da agricultura familiar e do agronegócio e o modelo de produção agrícola e relações de trabalho que cada um desses modelos institui. Como o sr. resumiria o seu programa de governo para o setor e qual a sua opinião sobre esses temas?

#### Aécio Neves - PSDB

Os temas que envolvem o desenvolvimento do campo brasileiro são de extrema importância social e econômica para o país. As leis existentes devem ser respeitadas e garantir que todos desenvolvam as suas ações com segurança.

No caso da demarcação de terras indígenas, a Funai tem a qualidade e a expertise para essas demarcações. Vamos cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal que define os temas e os aspectos que devem ser levados em consideração para definir se essa terra pertence à comunidade indígena ou não.

As políticas públicas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, criadas a partir de 1990, marcaram o reconhecimento do Estado para um segmento social importante do meio rural brasileiro, caracterizado pela diversidade de sujeitos sociais e pelo seu significativo papel na produção alimentar dos brasileiros. Entre as nossas ações, prevemos a aceleração da regularização fundiária dos territórios, agilizando os processos de demarcação e garantindo sua proteção física, bem como de apoio aos assentamentos e garantia de oferta das ações das diversas políticas públicas aos seus integrantes, com qualidade e eficiência.

#### Eduardo Jorge – PV

O PV considera a agricultura uma das atividades econômicas e culturais mais importantes da humanidade. Talvez a mais essen-

cial à nossa vida. Os métodos sustentáveis que vão conformar a nossa nova forma de viver precisam então ser construídos por todos que trabalham com a terra. Há espaço para diferentes modelos, mas de fato somos favoráveis a incentivar a agricultura orgânica e familiar.

Queremos promover a demarcação das terras indígenas segundo critérios técnicos e não interesses do agronegócio. Manter esta atribuição no âmbito do Executivo. E promover a real implementação dos direitos constitucionais e internacionais dos índios, incluindo aqui os estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da qual o Brasil é signatário.

E, finalmente, queremos difundir e incentivar a alimentação vegetariana no Brasil, em favor da saúde das pessoas e do planeta. Não como uma imposição, mas como uma opção fundamentada por informações.

### Eymael – PSDC



É de minha autoria o artigo 185º, inciso I, paz no campo, que institui a proibição de desapropriação para Reforma Agrária das propriedades dos pequenos e médios produtores rurais, necessária para impedir atos de perseguição política em relação aos pequenos e médios produtores e à agricultura familiar. Entendemos que o agronegócio é de suma importância para a economia brasileira. Da mesma maneira a lei deve ser equilibrada para proteger as populações indígenas e seu habitat.

### Luciana Genro – Psol



O campo e a produção agropecuária sofreram uma profunda transformação nas últimas décadas. O agronegócio é a expressão do capital financeiro no campo e representa um modelo econômico e social excludente e, sem exagero, potencialmente mortal do ponto de vista da saúde do conjunto da população e do ambiente natural.

A produção agropecuária controlada pelos monopólios transnacionais de agrotóxicos e sementes transgênicas constitui a face rural da produção destrutiva. É destrutiva porque cria não-sementes, ou seja, sementes que não podem se reproduzir. E porque não pode prescindir do desmatamento de florestas, da desertificação de biomas inteiros e porque faz avançar a fronteira agrícola sobre territórios de populações originárias ou tradicionais, na busca incessante de lucro a qualquer custo.

Esse modelo afeta o conjunto da agropecuária nacional, uma vez que sua lógica se impõe sobre o conjunto das atividades econômicas. O resultado é a perda de saberes tradicionais sobre o trato com a terra, a ameaça de extinção dos pequenos proprietários e arrendatários em sua forma de produção tradicional, a redução da diversidade e variedade das sementes naturais não geneticamente modificadas, em suma, um rastro de destruição.

Nós defendemos a agricultura familiar e agroecológica. Sabemos que a rápida e violenta expulsão dos trabalhadores do campo operada no Brasil ao longo de décadas nos coloca o desafio de uma revolução de novo tipo no campo. Os trabalhadores rurais resisti-

ram bravamente a esse processo desde as Ligas Camponesas dos anos 1960 e até os dias atuais em suas organizações com o MST e a Via Campesina, entre outros movimentos. Agora, a principal luta é unificar as forças sociais dos trabalhadores rurais, ambientalistas, indígenas, pequenos produtores, extrativistas da floresta, afetados ambientais do campo e da cidade, com a juventude, movimentos sociais de luta pela moradia e os trabalhadores urbanos no combate ao agronegócio e pela produção de alimentos saudáveis. Só a partir dessa unidade poderemos criar uma alternativa real ao agronegócio.

### Mauro Iasi – PCB



A luta pela Reforma Agrária é fundamental para garantir a segurança e soberania alimentar do povo brasileiro. A modernização conservadora do campo e o advento do agronegócio ampliaram as contradições e antagonismos no campo e na cidade. A monocultura, os agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGMs) e o controle de sementes por grupos transnacionais comprometem a saúde das pessoas e o meio ambiente, sendo um dos principais componentes da quebra do equilíbrio ecológico em diferentes ecossistemas. Propomos claramente a coletivização e estatização dos latifúndios para que se voltem prioritariamente à produção de alimentos e ao atendimento das necessidades básicas da população brasileira, medidas estas que devem estar associadas a uma política agrícola que garanta crédito ao produtor, preços mínimos, assistência técnica e apoio à agricultura familiar. Neste terreno apoiamos ativamente as ocupações realizadas por trabalhadores sem-terra e a consolidação dos assentamentos, bem como as iniciativas orientadas no sentido

da cooperativização dos assentados. Defendemos ainda uma política pública que garanta os direitos coletivos dos povos indígenas, a preservação de sua cultura, demarcação de seus territórios, acesso à saúde e à educação contextualizadas, contra os interesses das madeiras, mineradoras, complexos agropecuários e hidrelétricas que avançam sobre suas terras. De igual forma, defendemos os direitos das comunidades quilombolas, ribeirinhas e dos atingidos por barragens.

### Pastor Everaldo – PSC

A maior parte da reforma agrária já foi concluída, tanto que o próprio governo PT já não se interessa tanto pelo tema. No entanto, é importante manter o programa de assentamentos, desde que respeitados os direitos de propriedade privada no campo. A reforma agrária deve ser feita a partir de terras públicas. O Estado brasileiro é o maior latifundiário do país, e não há necessidade de se atacar a agroindústria com isso. A agroindústria é o grande sustentáculo econômico do país, principalmente através das exportações, contribuindo para a balança comercial, a entrada de recursos externos e com grande recolhimento de impostos. Já a agricultura familiar é a principal responsável pela alimentação do cidadão brasileiro. Portanto, são atividades complementares para o enriquecimento e fartura do nosso povo e devem ser valorizados com crédito acessível e redução do “custo-Brasil”. A demarcação de terras indígenas deve levar em consideração o espaço necessário para a subsistência digna dos nossos povos originais, brasileiros como nós, sem que isso impeça o crescimento econômico dos demais brasileiros.

### Zé Maria – PSTU

O campo passou por transformações nas últimas décadas. O agronegócio é a forma como o capitalismo se desenvolveu no campo, a partir da submissão do país no mercado mundial. Hoje, são os grandes bancos e empresas nacionais e multinacionais que mandam no campo, produzindo para exportação em grandes propriedades, com máquinas modernas e sementes transgênicas.

Os governos do PT não mediram esforços para beneficiar o agronegócio que cresce graças ao financiamento público garantido pelo BNDES. Entre 2003 a 2010 foram concedidos R\$ 136,8 bilhões para o setor.

Enquanto isso, os assalariados agrícolas, que trabalham para as grandes empresas do agronegócio, são submetidos à exploração extrema.

O agronegócio produz commodities para o mercado mundial. No entanto, é a agricultura familiar que continua a produzir 70% dos alimentos do país e emprega 74% dos trabalhadores rurais, segundo o IBGE. No entanto, o crédito para a agricultura familiar é de 10%, enquanto o agronegócio fica com 90% dos financiamentos.

O governo do PT não realizou a reforma agrária e virou amigo do agronegócio. Marina tem como seu vice um representante do agronegócio e Aécio e o PSDB também defendem este setor. Sem romper com o agronegócio é impossível fazer a Reforma Agrária e dar o apoio necessário aos camponeses, com crédito bancário e tecnologia.

Além da Reforma Agrária, é necessário ir mais além e estatizar os complexos agroindustriais, colocando sob controle dos trabalhadores, assim a produção deixaria de ser pautada pelas necessidades da exportação e passaria a responder às necessidades de alimentação do povo.

O agronegócio também é inimigo das populações indígenas e quilombolas. No Mato Grosso do Sul, a luta dos Terena e dos Guarani Kaiowá é um exemplo do drama dos povos originários que estão cercados pelo latifúndio. Somos contrários a PEC 215 e defendemos a Homologação e titulação de todos os territórios indígenas e quilombolas!

Como ministra do Meio Ambiente, Marina Silva favoreceu a criação de um “mercado verde”. A principal medida foi a criação da lei de gestão de florestas públicas que permite a privatização das florestas e a ação “sustentável” de madeiras, indústria farmacêutica e biopirataria. Também assinou a lei que liberou o uso dos transgênicos. Tanto Dilma, Marina e Aécio defendem o agronegócio e a mercantilização da Amazônia. Nossa candidatura reivindica o legado de Chico Mendes e dos seringueiros que defendem a floresta e os trabalhadores e indígenas que vivem nela.

---

A Revista Poli encerra esta edição especial esperando ter contribuído com a sua reflexão sobre o processo eleitoral e seu conhecimento sobre o que os candidatos pensam e defendem sobre os temas que, direta ou indiretamente, se relacionam com a nossa área de atuação e o debate em torno às políticas públicas no Brasil. Agradecemos a participação dos candidatos e desejamos a todos um bom voto!